

Continuação		Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
5.6. Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Saldo inicial	43.449	37.622		
Ajuste da adoção inicial da Resolução 4.966	-	(3.005)		
Perda com clientes	(26.099)	(49.125)		
Constituição/rev. Prov. p/ perdas assoc. ao risco de crédito	26.956	58.814		
Saldo final	44.306	44.306		
6. Impostos e contribuições a compensar:				
Tributo				
IRPJ a compensar		241		
CSLL a compensar		63		
Impostos Pagos a maior ou indevidamente		1.460		
Total		1.764		
7. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os saldos de passivos financeiros da instituição incluem, predominantemente, Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos com rentabilidade pós-fixada, indexada à taxa CDI. No período em análise, as taxas pactuadas variam entre 105% e 117% do CDI, refletindo as condições de mercado e a estratégia de captação da financeira. A distribuição dos vencimentos dos CDBs, ocorre entre o curto e longo prazo, conforme os prazos acordados. A gestão desses passivos é realizada com foco na manutenção da liquidez, na otimização do custo de captação e na aderência às políticas de risco e compliance da instituição. Abaixo, a composição da carteira por vencimento.				
Depósitos a prazo				
A vencer até 3 meses		8.635		
A vencer de 3 a 12 meses		34.739		
A vencer de 01 a 03 anos		5.898		
Total		49.272		
8. Recursos de aceites cambiais: Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 100% a 126% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:				
A vencer até 3 meses		4.070		
A vencer de 3 a 12 meses		90.236		
A vencer de 01 a 03 anos		76.774		
Total		171.080		
Circulante		94.306		
Não circulante		76.774		
8.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados				
IOF s/Oper. De Crédito PJ		1		
IOF s/Oper. De Crédito PF		81		
Total		82		
9. Outras obrigações diversas:				
Diversas				
Sociedades ligadas		6.124		
Fornecedores diversos		257		
Credeiros diversos – país (a)		30.873		
Provisão para pagamentos a efetuar (b)		456		
Credeiros diversos – país LP		2.907		
Total		40.617		
Circulante		37.710		
Não circulante		2.907		
(a) Referem-se a valores a repassar para correspondentes externos.				
(b) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar se referem a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.				
10. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo.				
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				
Natureza				
Trabalhista		16		
Cíveis		697		
Total		713		
A movimentação da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas está demonstrada conforme quadro a seguir:				
	Trabalhista	Cíveis	Total	
Saldo inicial	-	278	278	
(+) Constituição de provisão/atualizações monetárias	16	419	435	
(-) Reversão de provisão/pagamentos	-	-	-	
Saldo final	16	697	713	
Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível:				
Natureza				
Cíveis		3.288		
Total		3.288		
10.1. Devedores para depósito garantia				
Saldo inicial				
(1) Receita Diferida – TJEO Diferenciada		(113)		
Custos de Trans Diferida – TJEO Diferenciada		33		
Devedores P/Depósito em Garantia		717		
Saldo final		636		
11. Saldos e transações com partes relacionadas:				
	Ativos	Despesas líquidas		
	31/12/2025	31/12/2025		
Total	158.975	(22.764)		
Recursos de aceites e cambiais				
HS Administradora de Consórcios	81.284	(10.840)		
Herval Corretora de Seguros	3.609	(492)		
Herval Nordeste Ind. Moveis, Colchoes e Espumas Ltda.	30.459	(4.123)		
Ligadas pessoas físicas	43.623	(7.309)		
Devedores Diversos				
HS Administradora de Consórcios	3	-		
Global Distribuidora de Bens Consumo	196	-		
Credeiros Diversos	-	(7.747)		
Herval Indústria de Móveis	8	(28)		
Global Distribuidora de Bens Consumo	6.116	(7.719)		
11.1. Remuneração dos administradores - No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:				
	31/12/2025	31/12/2025		
Remuneração	172	172		
Encargos sociais	44	44		
Total	216	216		
12 Patrimônio líquido - 12.1 Capital social - O capital da Instituição em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2024), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.				
12.2 Reservas de lucros				
12.2.1 Reserva Legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.				
12.2.2 Dividendos - Nos semestres findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 30 de junho de 2025, não foram destinados dividendos.				
12.2.3 Juros sobre o capital próprio - Nos semestres findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 30 de junho de 2025, não foram destinados juros sobre o capital próprio.				
13. Receita de operações de crédito:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Rendas empréstimos cartão de crédito	10.218	19.566		
Rendas de empréstimos	3.198	7.351		
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	4.835	9.310		
Rendas de títulos descontados	137	230		
Rendas de financiamentos	10.655	21.942		
Total	29.043	58.399		
14. Operações de Captação no Mercado:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Despesas de depósitos a prazo CDB	(4.158)	(7.598)		
Comissão sobre captação CDB	(18)	(285)		
Despesas de aceites cambiais	(13.165)	(24.209)		
Despesas contribuição FGC	(134)	(261)		
Total	(17.475)	(32.353)		
15. Despesas de intermediação financeira:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Operações de captação no mercado	(17.475)	(32.354)		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(26.956)	(58.814)		
Total	(44.431)	(91.168)		
16. Receita de prestação de serviços: Refere-se a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Anuidades cartão de crédito	6.276	11.371		
Receita intermediação de cartão	1.041	2.855		
Receita de comissão intermediação cartão	1.249	2.408		
Tarifa de transferência financeira	(32)	307		
Ressarcimento de tarifa STR04	9	25		
Receita de comissão seguros	8	17		
Receita intermediação de cartão ON US	13	21		
Total	8.564	17.004		
17. Despesas de pessoal:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Despesa de pessoal - Proventos	(1.281)	(2.581)		
Despesa de pessoal - Encargos	(476)	(940)		
Despesa de honorários	(172)	(344)		
Despesa de pessoal - Outros	(171)	(347)		
Total	(2.100)	(4.212)		
18. Outras despesas administrativas:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Despesa de serviços de terceiros	(4.187)	(8.502)		
Despesa de processamento de dados	(2.482)	(4.899)		
Despesa de serviços técnicos especializados	(1.888)	(3.857)		
Despesa de serviços do sistema financeiro	(622)	(1.916)		
Outras despesas administrativas	(377)	(870)		
Despesa de comunicações	(185)	(425)		
Despesa de cobrança	(9)	(17)		
Total	(9.750)	(20.476)		
19. Receitas/Despesas Operacionais:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Outras Receitas Operacionais	8.592	17.767		
Rendas por antecipação obrigações pagamento	8.027	16.921		
Varição cambial	136	139		
Reversão de Provisão Passiva	40	40		
Outras Receitas	389	667		
Outras Despesas Operacionais	(3.226)	(6.315)		
Desconto renegociação de dívida	(2.811)	(5.099)		
Varição cambial passiva	(40)	(32)		
Outras despesas	(405)	(1.184)		
Total	5.368	11.451		
20. Imposto de renda e contribuição social: 20.1. Reconciliação				
Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado abaixo:				
	31/12/2025	31/12/2025		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(30.133)		
Alíquota fiscal combinada		40%		
Base de cálculo		-		
(Adições) exclusões				
Diferenças temporárias de provisões		72.838		
Perdas Fiscais		(42.705)		
IR e CS no resultado		8.771		
Diferido		8.771		
20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências, demonstrados conforme abaixo:				
	31/12/2025	1º Sem.2025		
Provisão para perda espera associada ao risco de crédito	41.002	43.404		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	713	585		
Provisão última Parc. CDC Taqi	23	37		
Perdas Dedutíveis Acima Lucro Real	13.443	-		
Base de cálculo	55.180	44.026		
Alíquota fiscal IRPJ	13.795	11.006		
Alíquota fiscal CSLL	9.901	6.604		
Saldo ativo fiscal diferido	23.696	17.610		
21. Limite operacional (Acordo de Basileia): Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 18,95%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 4.913/13.				
22. Despesas Tributárias:				
	2º Sem.2025	31/12/2025		
Despesas de ISSQN	(428)	(629)		
Despesas de COFINS	(1.021)	(2.161)		
Outros Impostos federais	(0)	(1)		
Despesas de PIS/Pasep	(166)	(351)		
Outros Impostos Federais	(6)	(6)		
Total	(1.621)	(3.348)		
23. Fiscais e Previdenciárias:				
	31/12/2025			
Impostos, contribuições e provisões sobre salários	210			
Pis e COFINS	189			
ISSQN	64			
Outros Tributos	42			
Total	505			
24. Prejuízos acumulados: A HS Financeira possui um prejuízo acumulado de R\$(20.454) no segundo semestre de 2025.				
25. Gerenciamento do risco: A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, abrangendo os produtos e a dimensão da exposição aos riscos. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas. Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios. Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado. Risco de crédito: As ferramentas utilizadas nos procedimentos do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros. Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.				
26. Eventos Subsequentes: Reforma Tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes.				

Administração					
José Agnelo Seger - Presidente	Edeni Malta da Silva - Diretor	Andrei Luis Seger - Diretor	Carlito Kirschner - Diretor	Darci Seger - Diretor	Adeilli Gambato Salvador - Contadora - CRC/RS: 102719/O
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras					
<p>Aos Administradores e Acionistas da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos Dois Irmãos - RS</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não</p>					
<p>com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 24 de abril de 2026.</p> <p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O Henrique Furtado Maduro Contador CRC SP-291892/O</p> <p>ASCOL</p>					

Madrugada gelada com marcas perto de zero grau